

**PASSADO E PRESENTE: PROJETO POLÍTICO E ESCRITA DA  
HISTÓRIA NA MARCHA PARA OESTE**

*PAST AND PRESENT: POLITIC PROJECT AND WRITING OF HISTORY IN “MARCHA  
PARA OESTE” (March to the West)*

Lucas de Oliveira Klever  
Graduando/PUCRS  
lucas.klever@acad.pucrs.br

**RESUMO**

Este trabalho pretende analisar, através de pesquisa em fontes impressas e de uma análise crítica dessas fontes, o discurso do Estado Novo, através de seus intelectuais e colaboradores. Especificamente, será abordada a visão de Cassiano Ricardo sobre o projeto do governo de Getúlio Vargas conhecido como “Marcha para Oeste”, por meio de um exame dos artigos sobre o tema publicados por ele na revista *Cultura Política* (1941-45), editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Será também analisado o livro do autor publicado em 1940, “*Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*”, que veio a ressaltar a importância da “Marcha Moderna”, ou seja, da marcha política do governo Vargas, recorrendo ao espírito do bandeirantismo histórico. Visamos entender como o autor utilizou-se de uma leitura histórica do fenômeno para enaltecer esta nova marcha, lançada em 1937, e identificar as semelhanças da “Marcha Histórica” com a moderna, em sua visão. Pretendemos também verificar como outros intelectuais, colaboradores da revista *Cultura Política* utilizaram-se dos bandeirantes para justificar a importância do projeto lançado pelo governo Vargas. Assim, o tema é de grande importância para a análise do discurso sobre a política territorial na Era Vargas, pois foi abordado em várias edições da *Cultura Política* e levou um escritor entusiasta do regime, Cassiano Ricardo, a dedicar um livro inteiro a este assunto.

**Palavras-chave:** Estado Novo. Cultura Política. Marcha para Oeste. Bandeirantes. Cassiano Ricardo.

**ABSTRACT**

This work intends to analyze, through research of printed sources and a critical analysis of those sources, the speech of Estado Novo, through intellectuals and contributors of the field. Specifically, the vision of Cassiano Ricardo about Getúlio Vargas government project, known as “Marcha para Oeste” (March to the West), will be exposed. This will be achieved through an examination of articles about the subject published by Cassiano Ricardo at magazine *Cultura Política* (1941-45), edited by Department of Press and Propaganda (DIP). The author’s book published in 1940, will also be analyzed, “*Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*”, which came to emphasize the importance of this “Modern March”, the political march of Vargas government, using the spirit of the historic bandeirantismo. We aim to understand how the author used a historic reading of the phenomenon to praise this new march, launched in 1937, and to identify the similarities of the “Historic March” with the modern one, in his vision. We also intend to verify how other intellectuals, contributors of magazine *Cultura Política*, utilized the bandeirantes to justify the importance of the project launched by Vargas’ government. The subject of analyzing the speech of political territory in Era Vargas is very important due to its coverage in many editions of *Cultura Política* and to the fact that it led enthusiast of the regime, Cassiano Ricardo, to dedicate an entire book to the subject.

**Keywords:** Estado Novo. Cultura Política. March to the West. Bandeirantes. Cassiano Ricardo.

O Estado Novo surge no Brasil em 10 de novembro de 1937, sendo a ideia de algo “Novo” ressaltada pelo afastamento político e econômico frente ao capitalismo liberal e ao comunismo. A justificativa para esse afastamento se dá pela grande popularidade destas

doutrinas políticas desde o século XIX. Os partidos políticos pensavam nos seus objetivos, interesses, no âmbito pessoal, individual, regional. Segundo o discurso do regime, isso justificava a necessidade de uma unidade nacional forte, que defenderia a economia, cultura, “[...] liquidando particularismos e regionalismos dissolventes, inimiga de demagogias sonoras e enganadoras” (VARGAS, 1942, p. 173).

A partir de tal afirmação, um governo centralizador, autoritário, com decisões não mais partilhadas entre os Estados, concentrou no Executivo o que antes era feito junto ao Legislativo, e se colocou como essencial para garantir a ordem e a democracia. Na visão do governo, somente um poder forte e autoritário tornaria possível a verdadeira democracia. Para isso, a nova Constituição foi de extrema importância ao centralizar o poder nas mãos do presidente da República, Getúlio Vargas, possibilitando que ele tivesse autonomia para criar instituições, solucionar problemas e adequar a realidade nacional a seus objetivos.

O pensamento político do governo foi baseado nas raízes dos movimentos intelectuais dos anos 1920, pois muitos deles participaram de grupos modernistas e, durante o Estado Novo, fizeram parte deste novo projeto político-cultural, contribuindo com a criação de ideias e a difusão de novos valores. Cassiano Ricardo, do grupo *Verde-Amarelo*, Menotti del Picchia e Plínio Salgado<sup>1</sup> foram nomes importantes do projeto estado-novista, colaborando com o jornal *A Manhã*. Na revista *Cultura Política*, Rosário Fusco, membro do grupo *Verde*, teve grande contribuição ao lado de Almir de Andrade, assim como Gilberto Freyre, que justificaram a importância do governo central e da figura de Vargas para conduzir o rumo da nação. Intelectuais como Alceu Amoroso de Lima, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Plínio Salgado foram grandes mentores para o Estado Novo e seus valores, reforçando o caráter autoritário e forte do novo governo.

O diagnóstico desses autores era que a liberal-democracia tinha conduzido o país ao caminho errado. O governo federal teve seu poder enfraquecido e a unidade nacional tornava-se impossível diante do forte regionalismo de cada parte do país. Estes intelectuais apresentaram em seu pensamento a necessidade de um governo autoritário, com um Executivo forte, reforçando o papel do governo federal. O Estado Novo era o centro de seus valores, forte, autoritário, sob as mãos de Getúlio Vargas, sendo, na visão dos intelectuais, o único agente capaz de conduzir o país de acordo com as reais necessidades dos seus habitantes, organizando e unificando a nação numa verdadeira democracia, diferente daquela que teria conduzido o país ao fracasso.

---

<sup>1</sup> A Ação Integralista Brasileira, liderada por Plínio Salgado, foi no entanto, dissolvida, em 1938, após a tentativa de golpe conhecida como Levante Integralista.

A difusão desta doutrina e seus valores era de extrema importância para o projeto do Estado Novo, que muito investiu na propaganda através de jornais e revistas. Para tal difusão, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no ano de 1939, foi essencial para coordenar inúmeras publicações e fiscalizar publicações contrárias ao novo regime. O DIP teve o papel de estruturar a imagem do Estado Novo e de Getúlio Vargas diante do povo e da nação. “As revistas *Cultura Política* e *Ciência Política* são exemplos significativos do arcabouço doutrinário do regime [...]” (OLIVEIRA, VELLOSO, GOMES, 1982, p.11) e tiveram um papel propagandista essencial ao apontar os investimentos do governo e dos seus valores através dos escritos de seus próprios intelectuais.

A revista *Cultura Política* foi publicada mensalmente entre 1941 e 1945, sendo vendida principalmente nas bancas de revistas do Rio de Janeiro e São Paulo. Na sua direção, estava Almir de Andrade, indicado por Getúlio Vargas. *Cultura Política*, diferencia-se da *Ciência Política* por seu caráter menos propagandista e mais teórico, trazendo o estudo de diversos intelectuais, assim como os já citados. Carregada de valores ideológicos, explicava projetos do governo, mostrava resultados, expectativas, discutia problemas, apresentava as preocupações do governo e o discurso dos governantes, como o do próprio presidente da República.

Um dos projetos do governo foi a “Marcha para Oeste”, lançado na Rádio Nacional no dia 31 de dezembro de 1937, voltado para a interiorização do país, e presente nos estudos de diversos intelectuais ao longo de vários exemplares da revista. Assim, a revista *Cultura Política*, foi de extrema importância ao ser responsável pelo discurso oficial do Estado Novo. Desde 1941, o tema aparece com frequência, pois o governo apresenta a “Concretização da Marcha para Oeste” logo no primeiro ano destas publicações. Assim, através deste capítulo, é reforçada a importância histórica dos bandeirantes ao desbravar as florestas, o planalto paulista e a descoberta de inúmeras riquezas naturais. O governo afirma a necessidade de zelarmos pela segurança dos recursos naturais. Através de um Estado forte, autoritário, seríamos capazes de ocupar terras ricas, férteis, que terão sua importância para o futuro da nação.

O Departamento Nacional de Imigração, teve papel decisivo neste grande projeto, pois trouxe imigrantes para ajudar no povoamento destas terras “esquecidas”. Defendendo que não bastava trazer pessoas de dentro ou de fora, o governo buscou auxiliar os colonizadores através de orientação técnica, instrumentos adequados, amparo na produção, auxílio financeiro, manutenção de preços, abertura de estradas, extenso programa rodoviário, difusão

do ensino em todas as regiões, criação de uma forte legislação social e garantia do salário mínimo. Assim, estas terras teriam a sua proteção assegurada pelo governo.

*Cultura Política*, ao tratar sobre a imigração e colonização no governo Vargas, afirma que o Brasil passou por um processo diverso de colonização, tendo vários centros de irradiação ao longo do território, por exemplo: São Vicente; Olinda; Salvador; RJ; São Paulo; Região Sul; Região Norte. O problema da falta de interesse na exploração da nossa hinterlândia<sup>2</sup> vem desde a colonização, na visão dos intelectuais da revista e do historiador Frei Vicente do Salvador.

Os brancos viviam, porém, agarrados ao litoral “como caranguejos”, diz um historiador, e isto porque, em grande parte do nosso território, se ergue a pouca distância da costa a barreira granítica do complexo cristalino brasileiro, que tão dificilmente pode ser escalada para permitir a conquista do nosso hinterland. (A IMIGRAÇÃO E A COLONIZAÇÃO..., 1942, p.225)

Uma das justificativas para este problema, na revista *Cultura Política*, foi o Brasil constituir um caso único de povoamento, com condições topográficas diversas, dificuldades de se atingir os planaltos, ambiente diverso do que era considerado ótimo pela imigração europeia, áreas extensas, diversidade étnica ao longo do território, ou seja, o Brasil ocupava um lugar à parte em relação aos outros países de imigração.

Para Getúlio Vargas (1933), no seu discurso presidencial, a propaganda abolicionista restringiu-se à libertação dos escravos, sem cogitar do grave problema de substituição, pela atividade livre, do trabalho escravo, sobre o qual estava inserida a nossa economia. Muitas regiões do país, que já foram opulentas, ainda são decadentes da época dessa desarticulação brusca. Os campos foram abandonados junto ao interior, suas terras férteis e riquezas naturais. O governo do Estado Novo justifica a necessidade de ação para sanarmos este antigo problema, no discurso do presidente:

Ao Sul do país, a imigração, em grande parte, renovou, revigorando, a prosperidade antiga; mas o Norte continua a sofrer os perturbadores efeitos de tamanha imprevidência... Zonas florescentes, desbravadas pelo esforço do negro submisso, transformaram-se em caatingas... verificou-se o êxodo dos habitantes do interior... Cumpre-nos incentivar, por todas as formas... o retorno aos campos... A consecução desse objetivo exige, como soluções primárias, educar as populações rurais e valorizar economicamente o interior, povoando-o e saneando-o. Povoar não é somente acumular elementos humanos em determinada região... Sem prévia verificação das condições do meio físico, sob o tríplice aspecto de terra fértil, salubre e de fácil acessibilidade aos escoadouros normais da produção; sem

<sup>2</sup> Hinterlândia/Hinterland: literalmente significa “terra de trás” de uma cidade ou porto, referindo-se a parte menos desenvolvida de um país, sendo sinônimo de sertão ou interior.

assistência social e auxílios técnicos, não é possível fixar, com segurança de êxito populações que apenas dispõem, para progredir do esforço próprio e do trabalho rudimentar. (VARGAS, 1942, p.228)

No trecho acima do seu discurso presidencial de 1933, fica claro que para aproveitarmos economicamente as riquezas da terra, o mais importante não é povoar e sanear como solução definitiva. Segundo o presidente, “faz-se mister, também, prender o homem ao solo, o que se consegue transmitindo-lhe o direito de domínio” (VARGAS, 1942, p. 228), ou seja, quem trabalha e cultiva a terra, teria facilitada a aquisição por baixo preço e nela estabeleceria sua moradia e de sua família. Na visão do presidente, essa seria uma maneira do governo desaparecer com os latifundiários e cultivar pequenas propriedades, com muito mais vantagens.

No ano de 1938, o grande projeto da “Marcha para Oeste” é proclamado pelo presidente, justificando a necessidade de sairmos do litoral e dos seus principais centros, para ocupar o interior, desbravar novas terras, expandir nossos limites, suprimir os obstáculos, as montanhas, planaltos, recorrendo a trilha dos pioneiros do nosso Continente, numa alusão aos bandeirantes. Por fim, conseguiríamos encurtar distâncias, abrir novas fronteiras econômicas, consolidando as verdadeiras bases da nossa nação; entretanto, algo muito maior nascia junto a este projeto, o sentimento de brasilidade.

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para Oeste. No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial... (VARGAS, 1942, p.231)

Segundo *Cultura Política*, este discurso além de apresentar a solução para os problemas da nação que deveriam ser ajustados na política imigratória para auxiliar neste projeto, apresentava-se também uma melhora na depressão mundial e o Brasil deveria encarar o problema utilizando-se da sua hinterlândia. E como vimos neste trecho acima, ela seria a solução da crise da nação, capaz até de fornecer o metal que forjaria os instrumentos da nossa própria defesa e progresso industrial.

O objetivo da “Marcha para Oeste” era simples, dar ao Brasil novas terras que já eram suas há muito tempo, distantes da civilização, desconhecidas e com uma riqueza de lendas ao seu respeito. Ninguém tinha tido coragem desde os bandeirantes de explorar aquelas terras

sombrias e distantes, tudo estava para mudar sob as mãos de Getúlio Vargas e sua grande coragem.

Desde os tempos coloniais, as populações estavam posicionadas ao longo do litoral, tirando proveito de suas comodidades; todavia, as terras fecundas do Ocidente ficavam distantes e esquecidas do mar. O Oeste, nas páginas da revista *Cultura Política*, é sempre remitido às ressonâncias históricas dos bandeirantes. O Estado Novo seria capaz de conduzir este momento histórico da marcha, criando o caminho da brasilidade, nas palavras de Getúlio Vargas.

Lançando as diretrizes políticas de um novo Estado debaixo de necessidades consentâneas com a realidade nacional, o Presidente Getúlio Vargas destacou aquele instante supremo e histórico apontando o sentido cívico de uma marcha – MARCHA PARA O OESTE – como o caminho da brasilidade (VARGAS, 1943, p.36)

Ainda, segundo *Cultura Política*, a grandeza e o futuro da pátria estão no caminho do Ocidente. Lá, teríamos um mundo novo que estaria acordando, com um solo fecundo e forte; entretanto, isso só estaria sendo possível sob a égide de um governante honesto, dinâmico, Getúlio Vargas, que integrou a unidade nacional como progresso no conceito de nacionalidade. O Chefe da Nação considerava a Marcha para Oeste como uma expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, a civilização penetrando os sertões, dominando a natureza, conhecendo a sua terra e riqueza.

Para Cassiano Ricardo (1943), o tempo é uma fronteira em mobilização permanente e o nosso tempo, é aquele em direção às fronteiras econômicas, espirituais e sentimentais. Cassiano não deixa de ressaltar a importância do presidente para este processo da “Marcha para Oeste”:

O Estado Nacional, sob a égide do Presidente Getúlio Vargas estimulou a marcha do Brasil em procura da nacionalidade. Se pode parecer paradoxo, efetivamente, a conquista da terra ainda não se realizou em toda a sua extensão geográfica. (RICARDO, 1943, p.37)

O símbolo vivo da “Marcha para Oeste” estava em Goiânia, segundo *Cultura Política*, onde fundava-se o símbolo definitivo de uma nova jornada bandeirante em pleno século XX. Ao lado dos outros povos, do comando do grande líder da nação, nascia um sentimento de união. Goiânia seria o novo ponto de partida para as grandes aventuras em direção ao Ocidente. E de lá, também seria disseminada a fé no futuro do Brasil e neste grande projeto.



O problema da ocupação econômica e a criação do Estado Nacional, estavam relacionados, na opinião de Vargas (1941). A ação nacionalizadora, ou seja, da formação da unidade nacional, ocorreria através da estruturação destas terras esquecidas e das suas riquezas. Isso fica claro nas suas ideias do discurso de 1941 em Cuiabá.

[...] Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do país. E essa obra, que há de ser o maior título de glória da geração atual, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da Marcha para o Oeste. A minha visita ao Mato Grosso, como a outras regiões centrais do Brasil, revela a ação essencialmente nacionalizadora do novo regime. O vosso Estado deixou de ser, felizmente, terra esquecida, feudo eleitoral sem exigências e reduto de infundáveis rixas partidárias. (VARGAS, 1941, p.124)

Cassiano Ricardo (1940), no seu livro *“Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil”*, justifica a importância da marcha bandeirante histórica, dependente de muitos fatores locais (geografia, índios, animais, flora), ela é realizada sem mapas, ela que dá origem aos mapas como o das Cortes. Antes deste momento, nenhum bandeirante tinha um mapa para consultar. Na sua opinião, a bandeira operou em prol da democracia, graças à mobilidade externa em virtude de uma geografia anti-totalitária, com bastante espaço para se viver em liberdade, hierarquizaram o negro e o índio, que ficaram fora do comunismo tribal e foram trazidos para a área social da bandeira.

O povoamento se deu através do curral, lavoura, caminhos para as minas, redução imediata das sesmarias a pequenos lotes de terras. Assim, incrementaram o povoamento, pela policultura nas pequenas propriedades, acessíveis aos mais pobres. As pequenas propriedades mostravam como a concentração de unidades de população cada vez maiores em áreas geográficas cada vez menores era eficaz.

Para Ricardo (1940), a bandeira era uma sociedade que se erigia num pequeno estado, organizado, com seus governantes e governados. O chefe assume seu posto por conta própria contra as ordens da Coroa ou faz por ato revolucionário, assim como na República de Piratininga. Possuem organização administrativa neste “estado”, com funcionários, policiais, juízes, padres. É um estado rudimentar, que operava sobre a jurisdição da área que estivesse ocupando.

O rei de Portugal queria ouro, segundo este intelectual, desesperadamente, mas tinha medo da concorrência. Precisava do trabalho dos paulistas (cursados em sertão), para descobrir novas riquezas, através de sua longa experiência. Existia uma política anti-

bandeirante portuguesa, pregando uma política costeira, em repúdio ao sertão por incapacidade de sertanejar, requerendo escola e aprendizagem que somente os da terra possuíam. Frei Vicente do Salvador, já tinha dito que as riquezas do sertão estavam esquecidas por negligência dos portugueses.

Segundo os estudos de Ricardo (1940), a maior arremetida para Oeste teria sido no tempo do Brasil sob domínio espanhol. Pedro Teixeira obedecia a Madri, com a missão de povoar a Nova Espanha. Assim, temos o panorama de que houve a contribuição portuguesa, hispânica, paulista, para a “Marcha para Oeste” histórica. Os paulistas, “contribuíram” com o ofício que era somente dos paulistas, pois pregavam o anti-bandeirismo. O papel dos portugueses foi restrito:

[...] Na expansão até ao Prata, via marítima, é certo que Portugal se empenha, desde D. João III. O Regente Pedro II leva ao extremo essa política, mas só o faz com os paulistas, como nas expedições de Jorge Soares de Macedo e D. Manuel Lôbo. Outra colaboração portuguesa, sem dúvida, está na construção de fortes, mesmo a Oeste, e nos trabalhos de caracterização geográfica da fronteira, depois da conquista bandeirante. (RICARDO, 1940, p. xxxvii)

O conhecimento do Oeste naquela época era uma simples hipótese, as viagens eram perigosíssimas, realizadas por grupos ambiciosos, inspirados pelos mitos econômicos. A imaginação conspira a favor da marcha, principalmente para aqueles que desejavam encontrar as riquezas escondidas no meio da natureza primitiva. Entretanto, existiram casos em que o mito impediu a marcha, ou tentou impedi-la. Na visão de Ricardo (1940), alguns desses mitos negativos seriam: a mãe d’água, o Curupira, o vale dos ímpios, o “sumidouro”, o Caapora.

A marcha para Oeste não estava completa, era necessário defender o território dos invasores estrangeiros (franceses, holandeses, ingleses). Outro fator era a necessidade da mobilidade na bandeira, reforçada pelos índios e a sua rapidez em deslocar-se pelos novos caminhos a serem desbravados. As bandeiras, diferiam do significado de “entradas”, pois passavam do limite do Tratado de Tordesilhas, ao contrário das entradas que ficavam limitadas ao litoral.

Para termos, pois, ideia perfeita do que foi o bandeirismo dilatador e modelador de fronteiras, em sua distensão para Oeste, bastará que coloquemos diante dos olhos o mapa de Tordesilhas e o do Brasil atual. Toda a área conquistada além da linha fixada pelas duas Coroas, em 1494, é o que se deve aos grupos que marcharam para Oeste, entre os quais a bandeira ocupa o primeiro lugar. (RICARDO, 1940, p.52)



Em termos geográficos, houveram bandeiras mineiras, goianas, mato-grossenses, do Sul e com objetivos diversos: econômico, aliciamento do índio para a lavoura, catequese, fins militares (bandeira de guerra ao índio – contra os bárbaros do Recôncavo e contra os carijós) etc. Do ponto de vista histórico a “Marcha para Oeste” se realizava simultaneamente neste período com os portugueses entrando pelo Norte do Amazonas, as “entradas” na Bahia, Sergipe, Ceará, Espírito Santo. E as “bandeiras” por Minas, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Talvez seja importante ressaltar que no pensamento do autor, as “bandeiras” seriam a soma de todos estes fatores, como as “entradas”, diversas bandeiras e seus objetivos diversos.

Além destes fatores, para Ricardo (1940), foram cruciais o papel do índio no conhecimento da língua do aborígine, tornando fácil o acesso ao mundo primitivo. O cristianismo, padre na bandeira, tiveram um papel relevante no momento em que o bandeirante sabia que poderia vir a cometer crimes, em razão do sertão desconhecido, logo era necessário a religião para descarregar a consciência.

Segundo este autor, o nascimento do fenômeno social e histórico do bandeirismo deu-se no Planalto de Piratininga, local da onde partem as grandes levas que são as de maior duração, importância. Houve momentos em que o Planalto ficava deserto, pois os moradores tinham ido em direção ao sertão. A contribuição destes novos caminhos abertos é imensa; entretanto, eles também inauguraram novos meios de transporte: índio, negro a pé, canoa, rede de conduzir gente, carro de boi, besta de carga conduzindo os mantimentos e a tropa cargueira.

Meios precários de transporte tornam, é evidente, mais difícil de compreender, sem espanto, o sem recurso épico, a grandeza da obra realizada, muitas vezes, no “sertão mais agreste e mais ínvio do mundo”. Processos anônimos, que não deixam vestígio no solo; mas o rasto do boi, e do índio, e do negro, o da tropa que caminhou a pé, ou em fila indiana, estarão em algum lugar do mapa. Pouco importa que as canoas não deixassem nenhum vestígio na água. O risco dos rios na carta geográfica mostrará por onde elas passaram, na faina obscura da penetração. (RICARDO, 1940, p.67)

Assim, o bandeirismo histórico, foi muito importante ao corrigir e triplicar a superfície territorial do Brasil, não ficando o nosso destino preso a linha do Tratado de 1494 que nos havia sido imposto. Na visão de Ricardo (1940), as bandeiras também tiveram um caráter expansionista, pois cada conquista de terras era seguida de concessões de sesmarias e cada sesmaria precisava de índios, que seriam buscados no sertão, através das bandeiras.

A insubordinação ao governo ou a pessoa do rei era comum nas vilas e em todo lugar, assim, da mesma forma ocorria nas bandeiras. O paulista era tido como insubordinado na

opinião de Ricardo (1940), sendo os governadores testemunhos disso. As bandeiras não teriam como fugir desta falta de subordinação frente as ordens da Coroa ou do governo.

Nas bandeiras, segundo os estudos deste autor, os inferiores da sociedade serviam, eram reabilitados e classificados de novo em sua escala hierárquica, social e econômica. O material humano (mulato, mestiço, caneludo, cafuzo, pés largos, rebeldes) era disciplinado e organizado pela bandeira, tornando-se parte integrante e útil. A mestiçagem e o mameluco, foram os que colonizaram o Brasil na “Marcha para Oeste”.

Tal pensamento é reforçado na sua ideia de uma “democracia social” associada ao bandeirante, que foi influenciada por diversos fatores: a solidariedade do grupo, maior do que a de clã e família; a mestiçagem intensa com aborígenes; sistema de economia, que acabava com os preconceitos e imposições da vida material; o poder nivelador do sertão, diante do qual todos são iguais e a importância de cada um no desbravamento do sertão, como povo unido.

Nos estudos de Ricardo (1940), as diferenças entre a sociedade da “casa-grande” e da bandeira são marcantes: policultura no Planalto, pequenas propriedades, móveis, formados em torno da mobilidade de caça ao bugre e ao ouro, casas de taipa e palha (contra as de pedra e cal da casa-grande).

O bandeirante é uma antecipação do Brasil integral, antecipando o chefe de Estado. O chefe, é um executivo que tudo ordena na bandeira, o legislador que decreta as leis do sertão, o juiz que resolve as confusões do grupo. Ele é o próprio poder público, chefe de governo.

O chefe da bandeira substitui o senhor feudal, que ficará na costa – e que teve o seu feudo modificado seriamente pela corrida às minas. Nesse caso, a bandeira desfeudalizava a economia da casa-grande, golpeando de morte a aristocracia do litoral. Ao mesmo tempo, o chefe da bandeira substitui o cacique, na direção dos grupos aborígenes incorporados à área bandeirante. (RICARDO, 1940, p. 480)

Entretanto, segundo Ricardo (1940), ele recebia uma delegação de poder, no caso uma concessão da Coroa. Aí, nascia um sentimento de governo próprio, germe do *self-government*. Existiam cabo-de-tropas e capitães-mor, responsáveis por poderes excepcionais no sertão, eleitos pelo voto de todos nas minas. Os chefes das bandeiras eram colocados nos seus postos quando descobriam minas, responsáveis por designar aqueles que irão assistir a sua administração.

Segundo *Cultura Política*, a Expedição Roncador-Xingú foi a concretização prática da “Marcha para Oeste”, preconizada pelo Ministro João Alberto em 1943. Na sua fala, fica claro que a República abandonou completamente a hinterlândia; entretanto, tudo agora iria

mudar sob as mãos de Getúlio Vargas, que não via problema em confrontar o problema da guerra e do desenvolvimento do interior do país ao mesmo tempo. Segundo o ministro João Alberto, a região era de fácil acesso e o melhor carvão do mundo estava lá; todavia, esquecida no meio daquela terra a ser desbravada. No caso do carvão, os estudos apontavam 6.500 calorias no minério, mais do que qualquer outra região do país. Era necessário criar condições que atraíssem o homem para lá.

Ademais, não é possível admitir que o Brasil se reduza a meia dúzia de cidades desenvolvidas no litoral. Temos que marchar para o interior e jamais ficar amarrados à beira-mar. Seria o mesmo que dispormos de um edifício de vinte e um andares e residirmos todos, asfixiados, no andar térreo, só para deixarmos de construir um elevador. Desde que o Brasil contém reservas de grandes riquezas, é nosso dever explorá-las, e promover o seu fácil escoamento [...] (ALBERTO, 1943, p.185)

O capital estrangeiro não está disponível e não deve ser usado na exploração do interior, pois as riquezas são nossas, na opinião do ministro João Alberto. Primeiramente, no quesito dos transportes, o Ministro afirma ser necessário a compra de uma frota maior de aviões e a construção de pistas de pouso, como forma rápida de extração das riquezas. As estradas, rodovias, virão mais tarde, pois não eram de imediata necessidade. Assim, organizou-se uma expedição para iniciar as obras, com comunicação à rádio, aviões, sem a possibilidade de volta para a capital antes do término. A Expedição foi chamada de Roncador-Xingú, partindo da cidade de Leopoldina. O objetivo principal da expedição era descobrir as regiões desconhecidas do Brasil Central e da Amazônia, como parte da “Marcha para Oeste”. Vale ressaltar o papel dos Irmãos Villas-Bôas, que auxiliaram no levantamento da região, catalogação de tribos indígenas e com apoio do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, fizeram da “Marcha para Oeste”, uma marcha contra a violência indígena, numa alusão à Rondon.

Ainda, segundo *Cultura Política* em agosto de 1943, a Expedição Roncador-Xingú, preconizada por Vargas tinha seu início próximo, pois engenheiros, médicos, geólogos, agrônomos, cientistas, técnicos, estavam prontos para embarcar. O reconhecimento prévio era essencial para desbravar aquela terra, conhecer a fauna e flora, de grande valia ao Brasil, com auxílio do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, apoio aéreo via rádio e muitas riquezas por descobrir.

Podemos concluir que o governo Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-45) utilizando-se de uma “Marcha Histórica”, bandeirante, justificou o projeto político da “Marcha para Oeste” que pretendia ocupar as terras esquecidas no interior do país

(hinterlândia) e protegê-las. Além de recuperar as riquezas lá também esquecidas, que seriam de extrema utilidade no período da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Cassiano Ricardo, assim como observamos, teve um papel essencial no processo de justificar e exaltar a “Marcha Moderna”, política, através do seu livro e artigos publicados na revista *Cultura Política*. A idealização do projeto saiu do papel com a Expedição Roncador-Xingú, que não utilizando recursos estrangeiros em prol do nacionalismo, foi uma das grandes realizações práticas do projeto da “Marcha para Oeste” durante o governo varguista. Cabe ressaltar que outros intelectuais, também apoiaram o projeto do governo, ligando seus pensamentos aos de Cassiano Ricardo na justificativa bandeirante.

## Referências

ALBERTO, João. O vale do Xingú. In: **Cultura Política**, julho, 1943, nº 29, p.185

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. Apresentação. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 11

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. xxxvii.

\_\_\_\_\_. **Marcha para Oeste**: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 52

\_\_\_\_\_. **Marcha para Oeste**: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 67

\_\_\_\_\_. Getúlio Vargas e o caminho do Ocidente. In: **Cultura Política**, maio, 1943, nº 27, p.37.

VARGAS, Getúlio. A imigração e a colonização no governo Vargas. In: **Cultura Política**, novembro, 1942, nº 21, p.228.

\_\_\_\_\_. A imigração e a colonização no governo Vargas. In: **Cultura Política**, novembro, 1942, nº 21, p.231.

\_\_\_\_\_. Getúlio Vargas e o caminho do Ocidente. In: **Cultura Política**, maio, 1943, nº 27, p.36.

\_\_\_\_\_. Discurso em Cuiabá. In: **Cultura Política**, setembro, 1941, nº 07, p.124